

Direito Tributário, Compliance e Planejamento Fiscal

Por conta da elevada complexidade do sistema tributário brasileiro e a necessidade de melhoria da competitividade por parte das organizações, o profissional do direito tributário passa a desempenhar um papel relevante. Conhecer esse sistema em toda a sua complexidade, estando atualizado com as reformas recentes, coloca o profissional em um papel extremamente relevante no mercado, uma vez que sua atuação será dirigida a um dos temas mais recorrentes no cenário jurídico e de grande impacto em ambientes corporativos.

Por que fazer Direito Tributário Compliance e Planejamento Fiscal na PUCPR?

O curso de Direito Tributário Compliance e Planejamento Fiscal da PUCPR, por meio de metodologias ativas de aprendizagem, proporciona ao estudante, como resultado de aprendizagem, a competência para analisar, de modo crítico, a realidade que envolve os tributos, ou seja, o uso de instrumentos assertivos para a aplicação de soluções às demandas e necessidades da atividade das organizações. Assim, a pós-graduação lato sensu permite aprofundar a visão da tributação no Estado brasileiro, enfatizando as discussões atuais do direito tributário, propiciando uma análise crítica teórica e prática ao estudante.

O curso é composto por dois módulos que conduzem, cada qual, a um percurso formativo focado em resultados de aprendizagem. Os módulos são compostos por disciplinas sinérgicas e um desafio de aplicação, que conduz o estudante a, para além dos conhecimentos teóricos e práticos, refletir sobre o papel que o profissional desempenha no mercado jurídico. A composição está organizada da seguinte forma: Módulo 1 - O Direito Tributário em movimento: criação e aplicação. Módulo 2 - Compliance, Planejamento e temas contemporâneos do Direito Tributário. As aulas acontecem no formato online ao vivo, permitindo a interação com o professor e com a turma, e a carga horária de cada disciplina contempla ainda atividades assíncronas, que são realizadas pelo aluno conforme as orientações do professor.

Os cursos de pós-graduação lato sensu da área do Direito da PUCPR oferecem ao aluno a opção de realizar o Trabalho de Conclusão de Curso O TCC. Essa possibilidade está em linha com as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação – MEC para os cursos de pós-graduação lato sensu em todo o País (Res. 1/2018 da Câmara de Educação Superior) e visa atender os estudantes que necessitam do TCC em seus currículos, por qualquer motivo que seja. Seguem como requisitos para aprovação no curso e a consequente emissão de certificado de Pós-graduação Lato Sensu, a presença em sala de aula (ou ambiente virtual) dentro do mínimo estabelecido, bem como a aprovação nas atividades avaliativas das disciplinas que compõem o programa.

Aqueles que optarem por realizar o TCC deverão matricular-se na disciplina específica (Orientação de TCC), para a qual receberão orientação dentro de sua área de interesse. Essa disciplina passará a compor a grade curricular do estudante, terá custo à parte e deverá ser finalizada até a conclusão do curso. Aprovado o trabalho de conclusão de curso realizado pelo aluno, o histórico do curso de pós-graduação é acrescido da informação de que o curso contou com TCC.

A matrícula na disciplina de TCC amplia o vínculo do aluno com o curso. Desta forma, o certificado do aluno somente poderá ser emitido após a conclusão, com êxito, do trabalho de conclusão de curso.

Público-Alvo: Bacharéis em direito, advogados, procuradores, defensores públicos, membros do ministério público, magistrados, servidores públicos, administradores, contabilistas e demais aplicadores do direito.

Campus:

Londrina

Modalidade:

EAD

Formato:

Aula Online ao Vivo

Duracao:

8 meses

Periodicidade:

E-mail:

pos.direito@pucpr.br

Telefone:

41984971479

www.pucpr.br

Semanal

Mensalidade:

R\$ 581.90

Inscricao:

[Clique aqui](#)

Disciplinas

Ética

Analisar os problemas éticos atuais, privilegiando controvérsias relacionadas às atividades profissionais. Ao final, os alunos serão capazes de tomar decisões responsáveis e sustentáveis, de acordo com princípios éticos.

Direito Tributário e o devido processo legal: processo administrativo e judicial

A disciplina discute o caráter instrumental que o processo possui na pacificação das relações sociais em matéria tributária, analisando os principais conceitos tanto do processo administrativo quanto do processo judicial, sob as perspectivas exacionais e anti-exacionais.

Tributação sobre a propriedade e sobre as relações de trabalho

A disciplina se estrutura para construir a base teórica e a visão prática acerca dos aspectos da tributação sobre a propriedade e sobre as relações de trabalho, abrangendo tributos federais, estaduais e municipais pertinentes, assim como reflexões sobre a Seguridade Social e sua interrelação com o Direito Tributário no âmbito do custeio previdenciário, da saúde pública e da assistência social.

Desafio de aplicação: Gestão, Compliance e Planejamento tributário em casos

Nesta disciplina o estudante será instado a refletir sobre o direito tributário em temas da atualidade, refletindo sobre sua interseção com as novas tecnologias e perspectivas do Direito Tributário na atualidade.

Noções de Contabilidade aplicada à área fiscal

Nesta disciplina o aluno aprenderá conceitos básicos de contabilidade tributária com enfoque em profissionais não contadores, contextualizando os alunos sobre a adoção pelo Brasil das normas internacionais IFRS e a dinâmica dessas atualizações, capacitando-os a entender a lógica contábil quanto ao registro de fatos contábeis, principais tributos, análise de balanços com índices e indicadores.

Planejamento societário, recuperação judicial e falência

Nesta disciplina o aluno refletirá sobre os elementos essenciais do Direito Societário e Falimentar, sob a perspectiva do planejamento que apresente estratégias de constituição de empresas assim como na atuação em recuperações judiciais e falências

Compliance e Planejamento Tributário

Nesta disciplina o aluno avalia riscos fiscais e tributários inerentes ao cumprimento das obrigações tributárias principais e acessórias, aplica os princípios do compliance como medidas de prevenção, detecção e controle para identificar erros e inconsistências que possam gerar penalidades e apreende os conceitos essenciais de planejamento tributário. Ao final da disciplina o aluno é capaz de refletir de forma crítica acerca de estratégias de compliance de de planejamento tributário na prática.

Direito Tributário e interdisciplinariedade

Nessa disciplina, o aluno tomará contato com temas interdisciplinares envolvendo o Direito Tributário, o Direito Penal, o Direito Aduaneiro, o Direito Internacional e o Direito Econômico, possibilitando a apreensão de uma visão sistêmica essencial para a vida profissional na área tributária. Ao final da disciplina, o aluno terá noções sobre crimes contra a ordem tributária, questões aduaneiras, internacionais e de tributação do comércio exterior, formas de intervenção do

Estado na economia no âmbito tributário e extrafiscalidade, exonerações tributárias e benefícios fiscais.

Direito Tributário e formas de aplicação da atualidade

Nesta disciplina o aluno terá contato com temas da atualidade do Direito Tributário em relação a novas formas de aplicação que têm se intensificado nas últimas décadas, para, ao final, ser capaz de atuar na área tributária com atenção a esses novos paradigmas, em especial sobre meios alternativos de solução de conflitos e consensualidade, praticabilidade tributária e tributação de micro e de pequenas empresas.

Direito Aduaneiro e Direito Internacional Tributário

Nessa disciplina, o aluno aprenderá os conceitos basilares do Direito Internacional Tributário e do Direito Aduaneiro, como forma de aplicar institutos de planejamento e compliance na relações internacionais tributárias

Planejamento Sucessório

Nessa disciplina, o aluno aprenderá conceitos e estratégias de planejamento sucessório, focado na interdisciplinariedade entre o Direito Tributário e o Direito Civil e Empresarial.

Estado, Finanças Públicas e o Sistema Tributário Brasileiro

A disciplina aprofunda os elementos relacionais entre o Estado, o Direito, Finanças Públicas e o Sistema Constitucional Tributário Brasileiro. Ao final, o estudante é capaz de compreender o papel e o impacto que a atuação do Estado e de suas instituições desempenham no objeto principal do curso, assim como os conceitos fundamentais para estudo e atuação no âmbito do Direito Tributário, inclusive acerca da estrutura essencial da norma de incidência tributária.

Norma de Incidência Tributária

A disciplina visa fornecer ao estudante os conceitos essenciais do Direito Tributário sob perspectiva infraconstitucional e de seu processo de positivação para verificar, no âmbito das previsões do Código Tributário Nacional, os conceitos de obrigação e de crédito tributário.

Tributação sobre a renda

A disciplina tem por escopo a discussão dos aspectos centrais da tributação sobre a renda das pessoas físicas e jurídicas

Tributação sobre a receita e o faturamento

A disciplina tem por escopo a discussão dos aspectos centrais da tributação sobre a receita e o faturamento das empresas.

Desafio de aplicação: Sistema Tributário Nacional na prática jurisprudencial

Nessa disciplina os alunos têm a oportunidade de refletir e aplicar os conceitos aprendidos sobre o sistema tributário nacional por meio da análise de casos práticos.

Direito Tributário e Agronegócio

esta disciplina o estudante será instado a refletir sobre o direito tributário no setor estratégico do agronegócio.

Direito Tributário e novas tecnologias

Nesta disciplina o estudante será instado a refletir sobre o direito tributário em temas da atualidade, refletindo sobre sua interseção com as novas tecnologias e perspectivas do Direito Tributário na atualidade.

Tributação sobre o consumo de bens e de serviços I

A disciplina busca refletir sobre os aspectos essenciais da tributação sobre o consumo de bens e de serviços, com foco no ICMS.

Tributação sobre o consumo de bens e serviços II

A disciplina busca refletir sobre os aspectos essenciais da tributação sobre o consumo de bens e de serviços, com foco no IPI, IOF e ISS.